

Por que construir uma
proposição com coisas?
As razões de Gualter
Burleigh em 1301

Ernesto Perini-Santos

*Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG)*

discurso 40

I

Gualter Burleigh (ca. 1275-1344) foi um dos dois mais importantes e influentes filósofos do século XIV. Ele estudou em Oxford, onde foi aluno de Duns Escoto, e em Paris, e também ensinou nestas universidades. Sua atividade acadêmica foi interrompida em 1327, quando foi enviado para uma missão diplomática em Avignon pelo rei Eduardo III, e ficou ao serviço do rei até 1334. Passou então a fazer parte da corte (*familia*) do bispo de Durham, Ricardo de Bury. Os sete anos que ficou em Durham foram de grande produtividade para o filósofo inglês. Entre 1341 e 1344, Burleigh se dividiu entre a corte papal em Avignon e a Itália. Não se tem notícia de Burleigh depois de 1344¹.

Em torno de 1317, quando ele comentava as *Sentenças* em Paris, Guilherme de Ockham também o fazia em Oxford. Um filósofo conhecia a obra do outro, e houve influência recíproca, mas sobretudo uma profunda oposição. Burleigh desenvolve uma teoria realista, em oposição ao nominalismo ockhamiano. Neste debate, a teoria da proposição desempenha um papel central: que tipo de coisa é dita verdadeira ou falsa? O que significa para algo ser verdadeiro ou falso? O caminho realista da filosofia de Burleigh leva-o a defender uma teoria bem particular, segundo a qual proposições são compostas de coisas. Por que ele foi levado a formular esta tese? Vou examinar neste artigo os passos iniciais desta teoria, em seu primeiro comentário sobre o *Peri Hermeneias*, as *Quaestiones in librum perihermeneias* de 1301, e em particular a questão 3: “*Circa enunciationem. Quaeritur utrum enunciatio componatur ex vocibus vel ex rebus vel ex conceptibus*”.

A dificuldade inicial da ideia de uma proposição composta de coisas aparece quando se tem em mente que proposições e coisas encontram-se em polos opostos da relação de significação: propo-

¹ Sigo aqui a breve apresentação da vida de Burleigh (2, p. 1-5) na Introdução das suas *Quaestiones super librum posteriorum*.

sições, ou o que quer que possa ser dito verdadeiro ou falso, são verdadeiras ou falsas porque falam sobre coisas, que, elas, são aquilo em virtude do que proposições são ditas verdadeiras ou falsas. Por que razão Burleigh adota uma teoria que constrói proposições com aquilo que deveria tornar proposições verdadeiras ou falsas? Para examinar esta questão, vou começar apresentando duas direções diferentes para uma extensão da ontologia, ambas motivadas por um problema semântico e que ocupam polos diferentes da relação de significação. Em seguida, vou examinar os argumentos de Burleigh, no referido comentário ao *Peri Hermeneias*, que o levam a uma primeira versão da proposição composta de coisas².

II

Um primeiro tipo de extensão concerne ao tipo de entidade de que se fala ou sobre a qual se pensa. Qual é o objeto de pensamento quando se pensa sobre algo inexistente, ou em uma proposição falsa? Este tipo de teoria tem uma longa tradição (Ebbesen 6, p. 115-43; Sillitti 10), que remonta talvez ao *Sofista* de Platão, ou ainda ao quinto capítulo das *Refutações sofísticas* de Aristóteles: a inferência “se o não ser é objeto de opinião, o não ser é” é inválida, porque ser tal e tal não é a mesma coisa que ser (*Ref. Sof.*, 5 167a1-5)³. Esta tese aparece também desde o século XII. Nas *Fallacie Parvipontane*, por exemplo, uma das causas que bloqueiam regras expostas num vocabulário puramente extensional são nomes que dão a conhecer propriedades distantes (*nomina remotiva <m> aptitudinem notantia*), como “objeto de opinião” e “elogiável”: não se pode inferir “César existe” de “César é objeto de opinião”. Há dois níveis diferentes de consideração, que pode-

2 Para a evolução de Burleigh sobre este ponto, ver o excelente artigo de Laurent Cesalli (3, p. 155-221).

3 A observação de Aristóteles pode dirigir-se precisamente contra a tese platônica; ver nota de L.-A. Dorion (5, p. 236).

mos chamar “descritivo” e “fundacional”. O primeiro consiste em observar que de “César é objeto de opinião” (“*Caesar est opinabilis*”) não se pode concluir que César existe: posso ter uma opinião sobre César sem que ele exista, mas não posso, por exemplo, ver César inexistente. Esta observação sobre certos verbos e predicados leva à seguinte pergunta: por que alguns verbos e predicados, e não outros, bloqueiam este tipo de inferência? Alguns verbos, e não outros, exigem a existência das coisas a que se aplicam, dizem as *Fallacie Parvipontane*. Podemos pensar em algo que não existe, mas não tocar ou ver o que não existe⁴. É esta a motivação que leva um texto do século XIII, atribuído a Pedro da Cornualha, a falar de uma fênix inexistente⁵.

Esse tipo de argumento é diferente de uma outra extensão das coisas postuladas além do existente, que se encontra desde o século XII, e que tem uma história ainda mais antiga. Desta vez, o que parece escapar ao ser não é aquilo de que se fala ou sobre o que se pensa, mas aquilo que se refere a algo ou o pensamento ele mesmo. Segundo a *Ars Meliduna*, *enuntiabile* é um dos tipos de coisas que “*habent suum esse per se*”, assim como os universais, os tempos, as palavras (*voces*) e a fama (trata-se da lista estoica modificada, sem o vazio e o lugar, os *enuntiabilia* correspondendo aos *lekta*)⁶. O início

4 “Extensiones appellationum faciunt quedam verba ad enuntiationem pertinentia, qualia sunt hec: ‘*dicitur*’, ‘*sermo fit*’, et similia. Quod ut melius intelligatur, sciendum quod verborum alia rerum existentias notant, ut verba ad sensus pertinentia, ut ‘*videtur*’, ‘*tangitur*’ et similia et preter hec alia multa, ut ‘*amat*’, ‘*disputat*’, ‘*studet*’, ‘*legit*’ et similia; alia rerum existentias non exigunt, ut ‘*laudatur*’, ‘*vituperatur*’, ‘*optatur*’, ‘*desideratur*’, et similia. Quodlibet enim istorum, etsi sit presentis temporis, tamen quodcumque eorum positum fuerit in predicato alicuius propositionis, non exigit rem esse designatam | per suppositum, eoquod huiusmodi verba in propositione posita appellationem suppositi extendunt et confuse teneri faciunt” (De Rijk, 4, p. 566).

5 “Sed tunc sic sequitur: *a* habitualiter predicatur de *b*, ergo *b* est *a* sumpta habituali predicatione; cum igitur ‘fenix’ habitualiter predicatur de pluribus, et non est nisi unicus fenix actualiter existens, est igitur fenix non existens, fenix sumpta habituali predicatione; similiter, uno solo homine existente, homo est species, predicatur igitur habitualiter de pluribus, etc., et sic erit Sortes vel Plato non existens homo sumpta habituali predicatione. Quod concedunt quidam” (Pedro da Cornualha 9, p. 43-4).

6 “Non sunt ergo universalia substantiae nec proprietates, sed habent suum esse per se, sicut/enuntiabilia, tempora, et voces, et fama”, *Ars Meliduna*, 2, edição de Y. Yakuma (não publicada).

desse tratado ocupa-se em saber quando uma vox começa a existir. Algumas consequências indesejáveis parecem seguir-se, se se disser que uma vox existe apenas quando pronunciada:

Mas é claro que desta posição seguem-se muitos inconvenientes: que nomes e verbos, que são *voces*, não existam, caso todos os animais caíam; que teu nome não exista de noite; que a oração ao senhor, em determinada hora do dia, não existia; que o evangelho, que hoje lês, não exista amanhã; que algo, num mesmo dia, deixe de existir mil vezes, e tantas vezes comece a existir; que em alguma hora do dia existam apenas quatro modos ou silogismos da primeira figura, posto que nesta hora fossem preferidos apenas quatro silogismos dos modos da primeira figura.

É assim improvável que *voces* existam apenas quando são proferidas⁷. A situação é similar à dos *enuntiabilia*: alguns *enuntiabilia* são verdadeiros *ab aeterno*, e, no entanto, apenas Deus existe *ab aeterno*⁸. O tipo de motivação que leva à extensão das coisas além do ser não é o que pode ou não tornar frases verdadeiras, mas a estabilidade da significação de termos (nomes e verbos não dependem de alguém pronunciá-los para serem nomes e verbos), do valor de verdade e das relações lógicas que frases têm entre si (relações de oposição e de contradição, inferenciais etc.).

7 “Sed manifestum est ex hac positione multa sequi inconvenientia, ut nomina et verba, cum sint voces, non esse omni animali tacente; nomen tuum non esse de nocte; orationem domini/in aliqua hora huius diei non esse; evangelium, quod hodie legitur, cras non fore; aliquid eodem die milies de sinere esse et totiens incipere esse; aliqua hora diei non esse nisi quattuor modos sive syllogismos primae figurae, posito quod/in illa hora non proferantur nisi quattuor syllogismi quattuor modorum primae figurae. Voces itaque tunc tantum esse quando proferuntur, /improbabile est”, *Ars Meliduna*, 1, ed. de Y. Yakuma.

8 “Voces quidem simplices, id est elementa, semper fuerunt sicut et artes, /quoniam habent esse a natura, non a positione hominum; etiam fuerunt ab aeterno, sicut et quaedam enuntiabilia vera; et tamen solus Deus ab aeter/no fuit, quia esse sive esse ab aeterno aliter dicitur de Deo, aliter de vocibus, aliter de enuntiabilibus, et aliter de substantiis; /et fortassis ideo non est dandum aliqua esse si aliquae voces sunt, nec aliquid esse si vox est. Voces autem compositae, ut ‘homo’/‘albus’, non semper fuerunt, sed esse inceperunt; si quaeris quando inceperit esse haec vox ‘homo’, respondeo quando primo venit | in usum proferentium; vel, secundum alios, quando primum excogitatae sunt coniunctiones talium vocum ad talis vo/cis constitutionem”, *Ars Meliduna*, 1, ed. de Y. Yakuma.

Essa divisão é em tudo paralela àquela que podemos encontrar, no século XIX, entre, de um lado, a teoria do objeto em geral de Meinong, que é uma extensão do objeto de pensamento para além do ser, e a teoria das verdades em si de Bolzano, ou ainda o terceiro reino do sentido fregiano, que não pertencem ao reino das coisas existentes. Podemos ainda ver aqui a oposição entre “fazedores de verdade” (*truth-makers*) e “portadores de verdade” (*truth-bearers*); como bem viu Laurent Cesalli, proposições compostas de coisas em Burleigh oscilam entre *truth-makers* e *truth-bearers*. Não se trata aqui de uma extensão além do ser: os componentes proposicionais em Burleigh existem, e sua existência é admitida independentemente da teoria sobre proposições. A postulação da existência de uma proposição composta de coisas é, no entanto, uma extensão pelo menos dos tipos de entidades compostas presentes na ontologia. Independentemente do caráter expansionista da empresa ontológica do filósofo inglês, este quadro teórico proposto por Cesalli permite, eu acredito, entender a dinâmica argumentativa do texto. Burleigh parte de problemas relativos à determinação de portadores de verdade e de significação. Alguns dos traços que ele acredita dever atribuir a portadores de verdade são encontrados nas coisas mesmas significadas por proposições compostas de conceitos e de palavras: proposições compostas de coisas têm características que parecem demandar os *explananda* da teoria proposicional, o que leva à ideia de que elas devem ser os constituintes proposicionais. Não é certo, no entanto, que todos os traços que portadores de verdade devem ter sejam compatíveis com uma proposição composta *ex rebus*.

III

Na terceira questão de seu comentário ao *Peri Hermeneias* de 1301, Burleigh pergunta-se se uma proposição (*enunciatio*) é composta de palavras, conceitos ou coisas (*quaeritur utrum enun-*

ciatio componatur ex vocibus vel ex rebus vel ex conceptibus)⁹. É claro que existem proposições compostas de palavras, e provavelmente existem também proposições compostas de conceitos. O problema é saber se devemos aceitar apenas a existência destes tipos de proposição, que de qualquer modo devem ser admitidos, ou se é necessário postular a existência de algum outro tipo de proposição, precisamente aquela que é composta de coisas, que ele chama aqui de *propositio in mente*. Dito de outro modo, todos os traços de proposições podem ser explicados supondo apenas a existência de proposições compostas *ex vocis* (que evidentemente existem), ou talvez de proposições compostas *ex vocis* e *ex conceptibus* (cuja existência talvez também seja evidente), ou é necessário um outro tipo de componente proposicional? Quais são os *explananda* de uma teoria sobre proposições? Talvez seja possível reunir o tema central de questões relativas à estabilidade do significado: como uma proposição pode ser verdadeira? como pode ser necessária? como dizer duas vezes a mesma proposição, ou utilizar duas vezes o mesmo termo?

No primeiro parágrafo, o filósofo inglês defende a tese segundo a qual proposições não são compostas de palavras (*quod non ex vocibus*). Os problemas centrais giram em torno da estabilidade do significado. O terceiro argumento é o seguinte:

Além disto, se uma oração fosse composta de palavras, uma mesma proposição seria ao mesmo tempo verdadeira e falsa, como “um cão corre” [*canis currit*], pois uma mesma palavra tem dois sentidos diferentes, e em um sentido [a proposição] é verdadeira e em outro, falsa, logo é ao mesmo tempo verdadeira e falsa. Confirma-se isto: a verdade não existe na enunciação senão como num signo; ora, “um cão corre” significa ao mesmo tempo o verdadeiro e o falso, logo é ao mesmo tempo verdadeira e falsa¹⁰.

9 A mesma discussão encontra-se nas *Quaestiones super librum posteriorum* (Burleigh 2, II, p. 127-49 e p. 365-400). Estas questões, escritas entre 1297 e 1307, de acordo com M. C. Sommers, na Introdução a essa obra (*id., ibid.*, p. 9), são contemporâneas ao comentário em questões sobre o *Peri Hermeneias* examinado.

10 “(3.03) Praeterea, si oratio componeretur ex vocibus eadem propositio simul esset

Para aceitar que uma mesma proposição seria, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa, devemos perguntar-nos o que conta como duas ocorrências de uma mesma proposição. Burleigh individua proposições pela forma sonora, de maneira que duas ocorrências de “*canis currit*” são duas ocorrências de uma mesma proposição. Como uma palavra é ambígua – note-se que dizer uma palavra é ambígua equivale a individuar a palavra pela forma sonora, e não pela associação entre a forma sonora e um significado, que não pode ser ambígua –, a proposição resultante é ela mesma ambígua. Em virtude da arbitrariedade das formas sonoras, esta dúvida pode ser estendida a toda proposição, como mostra a sétima objeção:

Além disto, a toda proposição deveria se responder com dúvida. Com efeito, proferida a proposição “o homem é um animal”, é duvidoso, responderás, se “homem” tem apenas um significado, pois talvez, para outras pessoas ou em outra língua, signifique pedra. Como é duvidoso se esta proposição é múltipla ou não, ela deve ser respondida com dúvida, e assim para toda outra similar¹¹.

Por essa razão, “o homem é um asno” seria possível, se se estipulasse que “homem” e “asno” significam o mesmo¹². Vou chamar este argumento de “argumento da variação do significado”.

Esse conjunto de objeções mostra que proposições faladas

vera et falsa, ut ista ‘Canis currit’, quoniam eadem vox est in uno sensu et in alio, et in uno sensu est vera et in alio falsa, igitur simul est vera et falsa. Hoc confirmatur: Veritas non est in enunciatione nisi sicut in signo; sed haec ‘Canis currit simul significat verum et falsum, igitur simul est vera et falsa’ (Burleigh 1, p. 239).

11 “(3.07) Praeterea, ad omnem propositionem esset respondendum dubie, nam prolata ista ‘Homo est animal’ dubium est, respondisti, utrum ‘homo’ significet tantum unum, quia forte apud alios vel in alio idiomate significat lapidem. Cum igitur dubium sit utrum haec sit multiplex vel non, ad istam est respondendum dubie et ad quamlibet consimilem” (*id., ibid.*).

12 “(3.15) Praeterea, si componatur ex vocibus haec esset possibilis: ‘Homo est asinus’, nam posito ponibili haec foret concedenda, ut patet. Ponatur ista ‘Homo est asinus’ significant idem e ponitur ista ‘Homo est asinus’. Haec debet concedi, quia est sequens, cum impossibile sit ista significare idem nisi haec sit vera ‘Homo est asinus’ cum unio in ista ‘Homo est asinus’ sit pro significatis terminorum” (*id., ibid.*, p. 240).

não têm a estabilidade de significado adequada para serem aquilo a que se atribui primariamente valores de verdade, portadores de verdade não podem portanto ser compostos de *voces*. A consequência de se dizer que proposições são compostas de *voces* parece ser que uma mesma proposição pode ser, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa, que uma proposição impossível deve ser dita verdadeira, ou ainda que proposição alguma tem valor de verdade definido, por não ter um significado definido. Estas consequências são claramente inaceitáveis, logo elas parecem levar ao abandono da tese de que portadores de significação e de valores de verdade são compostos primariamente de *voces*.

A solução é abandonar o critério de individuação material para proposições. Deste modo, ocorrências da oração “todo cão corre” em sentidos diferentes são diferentes orações:

Que não se segue que uma mesma oração seja verdadeira e falsa. E, quando se diz que “Todo cão corre” é em um sentido verdadeira, deve-se dizer que isto é falso, pois nenhum múltiplo é em um sentido verdadeiro, mas um múltiplo tem algum sentido verdadeiro. E, por mais que marques o múltiplo com um sentido, se a multiplicidade permanecer, não se deve conceder que um sentido deste múltiplo é verdadeiro. Assim, como foi dito anteriormente, a oração “todo cão corre”, em sentidos diferentes, são orações diferentes. Quando se diz que ela significa o verdadeiro e o falso, diz-se que nenhuma oração significa o verdadeiro e o falso, falando do significado exato da oração, mas esta palavra que é material no enunciado significa o verdadeiro e o falso. Mas disto não se segue que esta palavra seja verdadeira e falsa... a verdade e a falsidade não estão na oração que é um enunciado senão como num signo, logo se segue que esta enunciação significa o falso, logo é falsa; a verdade e a falsidade estão no enunciado material como num signo, e este material, no entanto, não é verdadeiro nem falso¹³.

13 “(3.703) Quod non sequitur quod eadem oratio sit vera et falsa. Et cum dicitur quod ista ‘Omnis canis currit’ est uno sensu vera, dicendum quod hoc est falsum, quia nullum multiplex est aliquo sensu verum sed multiplex habet aliquem sensum verum. Et quantumcumque tu signes multiplex in uno sensu, manente multiplicitate, non est concedendum quod aliquis sensus illius multiplicitatis est verum. Unde, sicut dictum est

A oração “todo cão corre” não é verdadeira e falsa. Com significados diferentes, diferentes ocorrências de “todo cão corre” são orações diferentes. Como a forma sonora “todo cão corre” só é verdadeira ou falsa enquanto signo, ela só será verdadeira ou falsa enquanto associada a um significado; ao ser associada a um significado, ela terá no entanto apenas um sentido, e será apenas verdadeira, ou apenas falsa, nunca verdadeira e falsa. O problema surge da individuação inadequada de orações. Pela mesma razão, se se mudasse a imposição de “homem” e “asno”, “um homem é um asno” seria uma oração diferente da que ela é efetivamente¹⁴. O que permite a solução da dificuldade (como uma mesma oração pode ser verdadeira e falsa?) é a modificação do critério de individuação de proposições.

Há um outro tipo de problema associado à estabilidade do significado, que aparece nas objeções 4, 5 e 6 à tese de que a proposição é composta de *voces*:

Além disto, se o enunciado fosse composto de palavras faladas, em qualquer bom silogismo haveria seis termos, pois uma palavra una em número é proferida na premissa maior, e outra na menor, e outra na conclusão¹⁵.

prius, ista oratio ‘Omnis canis currit’ in diversis sensibus est alia et alia oratio. Et cum dicitur quod ista significat verum et falsum, dicendum quod nulla oratio significat verum et falsum, loquendo de praeciso significato orationis, sed ista vox quae est materialis in enunciatione significat verum et falsum. Sed ex hoc non sequitur quod ista vox sit vera et falsa. [...] veritas et falsitas non sunt in oratione quae est enunciatio nisi sicut in signo, et ideo sequitur haec enunciatio significat falsum, igitur est falsa; tamen veritas et falsitas sunt in materiali enunciationis sicut in signo et tamen illud materiale nec est verum nec falsum” (Burleigh 1., p. 255).

14 “Quod haec propositio ‘homo est asinus’ non est possibilis, quia si isti termini ‘homo’, ‘asinus’ imponantur ad significandum aliud quam modo significant, non erit haec oratio eadem enunciatio quae prius, quia in istis vocibus fundabitur alius respectus ad aliud significatum, et ideo enunciatio non manet eadem” (*id.*, *ibid.*, p. 258).

15 “(3.04) Praeterea, si enunciatio componatur ex vocibus prolatis, in quolibet bono syllogismo essent sex termini, quia alia vox numero profertur in maiore, et alia in maiore, et alia in conclusione. (3.05) Praeterea, numquam praedicaretur idem de se, quia si dicam ‘Homo est homo’ haec voce ‘homo’ primo prolata et secundo prolata est alia et alia vox numero. (3.06) Praeterea, in conversione essent quatuor termini, cum aliae voces secundum numerum proferantur in convertente et in conversa” (*id.*, *ibid.*, p. 239).

Mais uma vez, o problema é o critério de individuação de termos:

Em relação ao outro argumento principal: deve-se dizer que no silogismo proferido existem seis termos segundo o número pela numerosidade subjetiva, pois estes termos, a saber, enquanto palavras faladas, estão em diversos sujeitos; mas no silogismo falado existem também apenas três termos segundo o número pela numerosidade objetiva. Termos são o mesmo segundo a numerosidade objetiva quando são similares e representam uma mesma coisa, e assim uma palavra falada aqui e em Roma é a mesma em número segundo a numerosidade objetiva. E para a validade de um silogismo falado basta que existam apenas três termos segundo o número pela numerosidade objetiva¹⁶.

Se termos forem individuados pela coisa significada, duas ocorrências do “homem” contarão como um único termo. Esta distinção explica por que duas ocorrências do termo “cão” podem contar como duas ocorrências de uma mesma palavra ou como duas ocorrências de palavras diferentes, segundo a coisa significada. Este argumento pode ser dito da “multiplicação indevida”.

Mais uma vez, o que está em jogo é o critério de individuação de palavras: a individuação pela forma sonora é inadequada, é preciso identificar o significado do termo, que permanece o mesmo, na medida em que se trata, justamente, de um mesmo termo, e não apenas de uma forma sonora em suas diferentes ocorrências. Começamos a ver aqui o interesse de se construir uma proposição *ex rebus*: a associação de formas sonoras às coisas significadas fornece um critério de individuação adequado para o

16 “Ad aliud principale: Dicendum quod in syllogismo prolato sunt sex termini secundum numerum numerositate subiectiva, quia illi termini, ut scilicet voces prolatae, sunt in diversis subiectis; sed tamen in syllogismo prolato sunt tantum tres termini secundum numerum numerositatem obiectiva, et sunt termini idem numero numerositate obiectiva quando termini sunt consimiles et repraesentant eandem rem, et sic vox prolata hic et prolata Romae est eadem numero numerositate obiectiva. Et ad bonitatem syllogismi in prolacione sufficit quod sunt tantum tres termini secundum numerum numerositate obiectiva” (Burleigh 1, p. 255).

reconhecimento de diferentes ocorrências de um mesmo termo. Trata-se, no entanto, de um critério de individuação de termos, que são individuados pelas coisas que significam; não se discute, por exemplo, quando duas coisas *extra animam* são a mesma coisa. O importante é saber quando duas ocorrências materialmente equivalentes são ocorrências de um mesmo termo: elas são ocorrências de um mesmo termo se representam uma mesma coisa, supondo que sabemos o que é uma mesma coisa.

Vamos retomar o que foi visto até aqui. Se o primeiro tipo de instabilidade deriva do caráter arbitrário da linguagem falada, este segundo argumento resulta da estrutura dual da representação. Diferentes ocorrências de signos podem contar como diferentes ocorrências de um mesmo signo, por representarem a mesma coisa, ou como diferentes signos, por serem entidades materiais diferentes, signifiquem ou não a mesma coisa. O primeiro critério é o pertinente à identificação de portadores de verdade, mas também, de relações lógicas entre proposições¹⁷. Este argumento poderia ter se estendido à teoria que identifica conceitos como componentes proposicionais, mas Burleigh não o faz. Um outro argumento, no entanto, recusará tanto proposições compostas *ex vocis* quanto proposições compostas *ex conceptibus*.

O terceiro tipo de argumento organiza-se em torno, mais uma vez, da estabilidade do significado, ou antes da estabilidade do portador do significado. Mesmo se fixarmos o significado de uma dada forma sonora e individuarmos diferentes ocorrências de formas sonoras pela coisa significada, resta ainda um problema. A nona objeção traz uma formulação concisa do ponto (o problema pode ser posto com base nas objeções 7 e 8 também):

17 “(3,08) Praeterea, si propositio componatur ex vocibus prolatis, unum contradictum esset verum quando reliquum non esset verum, quia unum contradictorum potest proferri quando reliquum non profertur. Et similiter una propositio haberet mille contradicta, quia si mille proferant istam ‘Nullum homo est animal’ quilibet istorum profert contradictum huius ‘Aliquis homo est animal’, et illi proferunt mille propositiones, igitur mille propositiones contradictum uni” (Burleigh 1, p. 239).

Além disto, nenhuma proposição seria necessária, pois, se nenhuma proposição for proferida, nenhuma proposição é verdadeira, pois, se nenhuma for proferida, nenhuma existe, pois o ser da proposição está apenas no ser proferido, e, se nenhuma existe, nenhuma é verdadeira¹⁸.

O mesmo problema aparece para a tese segundo a qual uma proposição é composta de conceitos:

Além disto, é possível que nenhum conceito exista na alma, pois é possível que nenhum homem conceba algo. Assim, se a oração fosse composta de conceitos, seria possível que nenhuma existisse, e assim seria possível que nenhuma proposição fosse verdadeira¹⁹.

Este é um problema clássico do portador de verdade, que procura responder, por exemplo, às teorias bolzaniana e fregiana da proposição. Trata-se do problema apontado na *Ars Meliduna*, que leva à postulação de *enuntiabilia*, mas também à atribuição de um ser próprio à *vox*. Não se trata mais de saber quando duas ocorrências sonoras contam como ocorrências de uma mesma oração. Qualquer que seja o critério proposto, formas sonoras parecem não ter a estabilidade necessária para ser portadoras de verdade. Este é o ameaçador “argumento do desaparecimento”.

O primeiro e decisivo passo da solução consiste em negar que uma proposição deva existir para ser verdadeira:

Que uma proposição falada é necessária, como é necessária “o homem é um animal”, e não é boa a consequência “esta proposição não é falada, logo não é verdadeira”, pois foi dito anteriormente que uma proposição é

18 “(3,09) Praeterea, nulla propositio foret necessaria, quia si nulla propositio proferatur nulla propositio est vera, quoniam si nulla proferatur, nulla propositio est, cum esse propositionis sit solum in proferri, et si nulla propositio est nulla propositio est vera” (Burleigh 1, p. 239-40). Ver também (3,08).

19 “(3,11) Praeterea, possibile est quod nullus conceptus sit in anima, quia possibile est quod nullus homo aliquid concipiat. Si igitur oratio componatur ex conceptibus possibile esset nullam orationem habere esse, et ita esset possibile quod nulla propositio foret vera” (*id.*, *ibid.*, p. 241).

verdadeira quando não existe, pois é verdadeira a proposição que significa o verdadeiro quando não existe²⁰.

De certa forma, a resposta apenas repete algo que já devia ter percebido quem quer que veja o problema levantado pela objeção: a proposição “um homem é um animal” não deixa de ser verdadeira se ninguém a pronunciar. Resta definir ainda o que significa para uma proposição ser *significativa veri*. A resposta remete a uma passagem anterior do texto, que é uma resposta a uma outra objeção.

Trata-se de uma resposta a uma crítica à posição de Burleigh segundo a qual a *propositio in mente* é composta de coisas, ou, mais precisamente: “o enunciado na mente é composto das coisas que o intelecto entende serem as mesmas, sejam elas palavras ou coisas fora da alma” (*enunciatio in mente componitur ex illis quae intellectus intelligit esse eadem sive sint voces sive res extra*; cf. Burleigh 1, p. 248)²¹. A composição da proposição na mente é realizada pelo intelecto; ora, talvez não haja intelecto algum por perto para realizar uma composição deste tipo. Nesta situação, não haverá proposição alguma, seja ela composta de coisas ou de palavras, porque não haverá composição mental, e o problema do desaparecimento volta a se pôr do mesmo modo. Burleigh remete à resposta a esta crítica no texto acima. Eis sua resposta:

Deve-se dizer que algumas proposições sempre serão verdadeiras, e sempre foram verdadeiras, mesmo se nenhuma proposição sempre existiu. Assim, para que uma proposição seja verdadeira, não é necessário que ela exista efetivamente, mas basta que as coisas que ela denota serem as mesmas sejam as mesmas, ou que sejam diferentes as coisas que ela

20 “(3.709) Quod aliqua propositio prolata est necessaria, ut ista ‘homo est animal’ est necessaria, et non valet ‘Haec propositio non est prolata, igitur non est vera’, quia dictum est prius quod propositio est vera quando non est, quia propositio est significativa veri quando non est” (*id.*, *ibid.*, p. 257).

21 Burleigh diz mais adiante: “Circa enunciationem in mente sciendum quod ista componitur ex rebus quas intellectus asserit esse eadem et diversa” (*id.*, *ibid.*, p. 249).

denota serem diferentes, e isto falando tanto de proposições segundo ser na mente quanto segundo o ser na fala. Assim, enunciada “um homem é um homem”, e esta proposição deixando de existir, ela ainda é verdadeira, pois uma oração falada é dita ser verdadeira pelo fato de ser naturalmente apta a significar o verdadeiro. E esta oração que foi falada é naturalmente apta a significar o verdadeiro, quer ela exista ou não. Dito brevemente: não vale a consequência “esta proposição é verdadeira, logo esta proposição existe”, assim como não vale “esta proposição é esta proposição, logo esta proposição existe”. Assim se pode salvar que o primeiro princípio sempre foi verdadeiro, do que não se segue que o primeiro princípio sempre existiu²².

A solução parece clara: uma proposição é verdadeira se é como ela significa, quer ela exista, quer ela não exista. De fato, ser como é significado por uma proposição não depende de a proposição existir. Mais uma vez, reencontramos a ideia de que a verdade está na proposição como num signo. Mais uma vez também a estabilidade que parece fazer falta às proposições é encontrada nas coisas significadas, ou, mais precisamente, por uma associação com as coisas. Mas aqui, como antes, é importante atentar para o fato de que a estabilidade das coisas fornece um critério de identificação de *relata* das coisas, e não de coisas elas mesmas: a estabilidade da verdade depende da existência do que é denotado pela proposição. No vocabulário lógico do século XIV, o verbo “denotar” significa uma relação entre a proposição e aquilo que

22 “Dicendum quod propositiones aliquae semper erunt verae et semper erant verae, verumtamen nulla propositio semper habuit esse. Unde ad hoc quod propositio sit vera non requiritur quod propositio sit actualiter sed sufficit quod illa sint eadem quae denotantur esse vel quod illa sint diversa quae denotantur esse diversa, et hoc loquendo de propositione tam secundum esse in mente quam secundum esse in prolotione. Unde prolata ista ‘homo est homo’, et ista desinente esse, adhuc ista est vera, quia oratio prolata dicitur esse vera ex hoc quod est aptum natum significare verum. Et ista quae fuit prolata est apta nata significare verum sive sit sive non. Unde breviter: haec consequentia non valet ‘haec propositio est vera, igitur haec propositio est’, sicut non sequitur ‘haec propositio est haec propositio, igitur haec propositio est’. Et sic potest salvari quod primum principium semper fuit verum; nec ex hoc sequitur quod primum principium semper habuit esse” (Burleigh 1, p. 251-2).

ela ou suas partes significam²³. Aquilo que é dito verdadeiro ou falso é o que denota algo, não o que é denotado, mesmo se a estabilidade do que é dito verdadeiro ou falso parece poder ser garantida pelo que é denotado.

Ora, não é nada claro em que sentido uma *res extra animam* pode denotar algo. Não por acaso, Burleigh dá como exemplo uma proposição falada. Não seria simples dizer em que sentido uma proposição composta de coisas denota algo; o problema não é aquele que Burleigh visa, a saber, que uma proposição mental só existe enquanto composta pela mente humana, e assim pode não existir num dado momento. O problema está em saber como uma proposição composta de coisas pode desempenhar uma função semântica qualquer. A objeção que se segue à que foi examinada diz que uma coisa não pode ser o sujeito ou predicado de uma proposição²⁴. Na resposta, Burleigh diz que o sujeito pode ser ou bem o sujeito, ou bem a coisa significada pelo sujeito²⁵. A dificuldade aqui é sintática, não semântica, mas nos dois casos o problema deriva da dificuldade em se ver como coisas podem desempenhar o papel de entidades linguísticas. O interesse desta resposta reside sobretudo no seguinte problema (vou apresentá-lo para a resposta anterior, mas pode ser posto para esta resposta

23 Além das diversas passagens em Ockham, este uso também ocorre em outros autores do século XIV, como Alberto da Saxônia: “Restat dicere de ampliacione: unde ampliatio est acceptio alicuius termini pro aliquo vel pro aliquibus ultra hoc quod actualiter est: pro quo vel pro quibus accipi denotatur per propositionem in qua ponitur”, Alberto da Saxônia, *Perutilis Logica*, Paris, 1522, II, 10, 15vb.

24 “(3.612) Praeterea, enunciatio non componitur nisi ex subiecto et praedicato, igitur si enunciatio componeretur ex rebus extra animam, res extra animam esset subiectum in propositione et ista domus esset unum subiectum” (Burleigh 1, p. 251). A contraposição desta objeção, a saber, que uma composição de coisas não parece ter a forma proposicional, aparece nas *Quaestiones super librum posteriorum*: “Sed nunc est ita quod propositio componitur ex rebus, quia tunc ista propositio: ‘cauda leonis est caput draconis’ esset chimera; nec componeretur ex partibus orationis, quia res extra, sicut equus vel bos, non est pars orationis” (*idem* 2, II, p. 137-40).

25 “(3.621) Ad aliud: Quod propositio secundum esse in mente non semper componitur ex subiecto et praedicato, quia res extra non praedicatur nec subiicitur; sed propositio secundum esse in mente componitur ex significatis subiecti et praedicati” (*idem* 1, p. 251).

mesma): se as coisas elas mesmas não são sujeito ou predicado, mas o que significa o sujeito e o predicado, devemos pensar que as coisas não são o que denota algo, mas o que é denotado. Neste caso, uma proposição composta *ex rebus* não deveria ser verdadeira, se é nas coisas que ela denota ser, mas se existem as coisas denotadas. Mas o que é verdadeiro é o que denota, não o que é denotado, e portanto que um composto de coisas não parece poder ser verdadeiro. Não é fácil explicar como uma proposição pode ser composta de coisas, e Burleigh parece embaralhar-se um pouco aqui²⁶.

IV

A motivação de construir uma proposição *ex rebus* parece relativamente homogênea ao longo do texto. É claro como as coisas podem fornecer a estabilidade buscada para responder aos argumentos da variação do significado, da multiplicação indevida e, sobretudo, ao ameaçador argumento do desaparecimento. Esta solução traz, contudo, alguns problemas, reunidos em torno de uma dificuldade central, que vem justamente do fato de Burleigh pretender construir proposições com entidades que se encontram do outro lado da relação de significação, do lado do signo, e não do mundo. Vemos então como coisas fornecem um critério de individuação adequado para seus *relata*, e não para entidades complexas das quais elas seriam os constituintes. Importa-me menos encontrar as dificuldades deste texto de juventude de Burleigh, o

²⁶ A ideia de que a proposição composta *ex rebus* é uma composição intelectual é apresentada do seguinte modo nas *Quaestiones super librum posteriorum*: “Propositio primo modo dicta [i.e., propositio proposita tantum] componitur ex rebus compositione intellectuali, et non compositione reali; et isto modo propositio accipitur pro signato” (Burleigh 2, II, p. 370-2). Burleigh parece aqui reconhecer que uma proposição composta de coisas é mais o que é significado do que o que significa – a proposição tomada *pro signato* opõe-se à proposição tomada *pro signo*. Resta o problema de saber em que sentido um significado pode ser verdadeiro, ou denotar algo, e, portanto, estabelecer como uma *propositio componitur ex rebus* pode desempenhar o que o filósofo inglês lhe atribui.

primeiro de uma série que apresenta uma nítida evolução, como mostra Laurent Cesalli, do que identificar os problemas que ele procura enfrentar e que o levam a postular a noção de uma proposição construída com coisas. Parece-me claro que estes problemas são essencialmente relativos à estabilidade da significação, e não aqueles que a postulação de um estado de coisas determinado pode resolver. Cesalli conclui que a *propositio in re* em Burleigh, ao final do percurso, está entre um *truth-maker* e um portador de verdade (mesmo se não é sem dificuldade que ela pode desempenhar este último papel) e, no final das contas, deve ser considerada mais próxima de um estado de coisas²⁷. Se esta análise que propus está correta, podemos identificar a dinâmica que levou a esta solução ambígua: a estabilidade buscada para portadores da verdade e da significação é encontrada num tipo de entidade complexa composta de coisas que se aparenta mais ao que pode desempenhar o papel de um *truth-maker*. Que uma tal entidade seja estável não responde, no entanto, a todos os problemas que deve enfrentar uma teoria sobre a natureza da proposição.

Procurei identificar os problemas que Burleigh esforça-se por responder com sua peculiar teoria sobre a composição da *propositio in mente*, e mencionei apenas brevemente a descrição positiva que ele dá deste tipo de entidade. Ainda que esta abordagem seja evidentemente incompleta, ela nos permite perceber aspectos importantes do texto. Inicialmente, podemos situá-lo numa tradição associada a um tipo de problema preciso: ele se interessa nesta questão mais pelo problema indicado pelo texto citado da *Ars Me-*

27 “*Quid de la propositio in re? Comme nous l’avons vu plus haut, l’expression renvoie soit à Pmo soit à Cxr, c’est-à-dire, soit à un objet de jugement, soit à un état de choses. Or l’état de choses assume la fonction de truth-maker dans le système de Burley, alors que l’objet de jugement est une entité fonctionnellement hybride puisque, d’une part, elle est dite vraie sans être un porteur de vérité au sens exact du terme, et, d’autre part, elle joue un rôle essentiel dans la relation de ‘vérification’ sans être elle-même un truth-maker proprement dit. Si l’ambiguïté de l’expression ne se laisse pas totalement éliminer, la balance penche nettement en faveur du truth-maker. En effet, le sens de l’expression ‘propositio in re’ ainsi que le rôle sémantique qui lui est attribué semblent converger vers une même idée, celle d’un corrélat objectif de la proposition vraie*” (Cesalli 3, p. 215-6).

liduna do que por aquele mencionado pelas *Fallacie Parvipontane*. A história de problemas e teorias é também uma história de dificuldades e aporias. É possível pensar que as dificuldades que acredito presentes na primeira teoria burleiana de proposições *in mente* reencontrem problemas que podem ser vistos também na teoria russelliana de proposições. Assim, Ruth Barcan Marcus (8) sugere que as que são chamadas de proposições russellianas não são propriamente verdadeiras (nem são propriamente proposições), mas deviam ser antes ditas efetivas ou não²⁸.

A estratégia de buscar os problemas que uma teoria procura resolver chama a atenção para um outro aspecto da teoria burleiana da proposição. A postulação de um ou outro tipo de ser (ou mesmo de um ou outro ser em particular) sempre resulta de constrangimentos exercidos sobre a teoria por aquilo que ela julga dever explicar. A simples descrição do que são proposições compostas de coisas, ou o que é um *ens diminutum*, ou um *ens rationis*, é ainda uma descrição incompleta da ontologia, por não situar as *constraints* teóricas, os problemas e as soluções que demandam que se postule tal ou tal tipo de entidade. Mesmo se for possível dar uma descrição positiva mais ou menos coerente do que é a teoria da proposição do filósofo inglês – e Cesalli talvez tenha caminhado tanto quanto possível nesta direção –, isto ainda é uma visão parcial de sua ontologia. Falta ainda mostrar por que razão um tipo de entidade assim descrita entra no zoológico particular de Burleigh. Isto é tanto mais importante quanto mais estranha parecer a fauna encontrada. Uma proposição composta *ex*

28 Ver ainda a observação de John Heil: “Thus deployed, propositions are patently representational entities, items having definite truth values. But what are propositions? In this context, propositions function as intermediaries standing between the world and statements or assertions about the world. As such, propositions are posited entities, at once linguistic (they are true or false) and non-linguistic (they are language independent, though ‘expressible’ by sentences in a given language). When pressed, philosophers will describe propositions as states of affairs or sets of possible worlds. But wait! Neither sets of possible worlds nor states of affairs – electrons being negatively charged, for instance – have truth values” (Heil 7, p. 9-10).

rebus, quer ela apareça no século XIV, quer ela seja um produto do século XX, como proposições russellianas, certamente merece uma atenção particular do visitante filósofo.

Bibliografia

1. BURLEIGH, G. *Quaestiones in librum perihermeneias*. In: BROWN, S. F. “Walter Burley’s *Quaestiones in librum perihermeneias*. In: *Franciscan Studies*, 34, 1974.
2. _____. *Quaestiones super librum posteriorum*. Ed. e intr. de M. C. Sommers. Toronto (Can): Pontifical Institute of Medieval Studies, 2000.
3. CESALLI, L. “Le réalisme propositionnel de Walter Burley”. In: *Archives d’Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge*, 68, 2001.
4. De RIJK, L. M. (ed.). “Fallacie Parvipontane”. In: De RIJK, L. M. (ed.). *Logica Modernorum*. Assen (Hol): Van Gorcum, 1967.
5. DORION, L.-A. Nota 62. In: ARISTÓTELES. *Les réfutations sophistiques*. Paris: Vrin, 1995.
6. EBBESEN, S. “The Chimera’s Diary”. In: KNUUTTILA, S. & HINTIKKA, J. (eds.). *The Logic of Being*. Dordrecht (Hol): Reidel, 1986.
7. HEIL, J. *From an Ontological Point of View*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2003.
8. MARCUS, R. B. “Rationality and Believing the Impossible”, 1983; “Some Revisionary Proposals about Belief and Believing”, 1990. In: MARCUS, R. B. *Modalities – Philosophical Essays*. Nova York: Oxford University Press, 1993.
9. PEDRO DA CORNUALHA. *Notule super Porphirium*. Ed. de

- O. Lewry. In: LEWRY, O. *The Rise of British Logic*. Toronto (Can): Pontifical Institute of Medieval Studies, 1983.
10. SILLITTI, G. *Tragelaphos – Storia di una metafora e di un problema*. Nápoles (It): Bibliopolis, 1980.